



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 11 – Ano VI – 05/2017  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

**AS LENTES REPUBLICANAS DO JORNAL “NOVA PHILADELPHIA”:  
FRAGMENTOS DA VIDA POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA CIDADE DE  
TEÓFILO OTONI E REGIÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Prof. Dr. Márcio Achtschin Santos  
Doutor em História e Cultura Política - UFMG  
Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Campus Mucuri - Teófilo Otoni - UFVJM – Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1328175237194027>  
E-mail: [achts@uol.com.br](mailto:achts@uol.com.br)

**Resumo:** O objetivo desse artigo é analisar fragmentos da vida social, política e econômica do município de Teófilo Otoni e região, localizado no estado de Minas Gerais, no final do século XIX tendo como fonte principal o periódico “Nova Philadelphia”. O jornal oferece registros importantes sobre a realidade dessa região mineira, trazendo informações e dados novos que possibilitam não apenas traçar um quadro da realidade do período, mas também fazer revisões de trabalhos envolvendo a história local até então realizados. O que se tem apresentado até então nas pesquisas de historiografia local é que, após o fim da Companhia do Mucuri, em 1861, a região se manteve economicamente através de um mercado interno que se autobastava. No entanto, as conclusões que se chegam a partir das informações presentes no “Nova Philadelphia”, cruzada com outras fontes, é que houve uma crescente produção, especialmente baseada na produção do café, voltada para o mercado externo. A produção de café para exportação no Vale do Mucuri não só fortaleceu o poder político local, capaz de pressionar obras públicas como a Estrada de Ferro Bahia e Minas, mas também reconfigurou as relações sociais, trazendo novos comportamentos e valores não apenas para os setores privilegiados representados pela imprensa.

**Palavras-chave:** Vale do Mucuri no século XIX, Agroexportação de café, Estrada de Ferro Bahia e Minas.

## INTRODUÇÃO

A presença “civilizatória” no vale do Mucuri está diretamente relacionada com a ocupação mineira no século XIX, ou seja, com o crescimento populacional da província que supera os limites das áreas mineradoras, originando novos espaços habitados. Nesse aspecto, Minas Gerais, na primeira metade do dezenove, vai superar a crise da mineração com um alto grau de mercantilização e o seu nível de desenvolvimento se entrelaça com bases produtivas diferenciadas e dinâmicas particularizadas. Dentro dessa realidade, o Mucuri seria uma terra de fronteira, sem ocupação de grupos não indígenas até meados do século XIX.

A criação da antiga Filadélfia (atual cidade de Teófilo Otoni) em 1853 esteve vinculada com essa realidade mineira acrescida aos interesses econômicos de Teófilo Benedito Otoni, que pretendia obter ganhos na região com a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. No entanto, apesar de elevado investimento, a empresa de Otoni não conseguiu os lucros esperados e foi encampada pelo Estado em 1861. A presença da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri na construção da história nessa região do leste mineiro, entre 1847 e 1861, foi extremamente importante, especialmente pela farta documentação produzida. Através de relatórios, cartas e outras fontes escritas, parte das vivências foi retratada a partir desse material, resultando daí uma rica produção historiográfica sobre o Vale do Mucuri em meados do século XIX. No entanto, com a encampação da Companhia, as fontes vão rarear e os trabalhos sobre a região apresentam até então resultados modestos. São escassas as pesquisas sobre a história local, principalmente pela pouca disponibilidade de materiais.

Mas, à medida que vão surgindo instituições de pesquisa, importantes fontes acabam sendo descobertas e oferecem ricas informações sobre a região do Mucuri, preenchendo lacunas importantes para entender a realidade local. É o caso desse artigo, que se propõe fazer uma leitura parcial da vida política, social e econômica do município de Teófilo Otoni a partir do jornal “Nova Philadelphia”, entre os anos de 1895 e 1898. Esse trabalho já é resultado do Projeto “Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri”, iniciado em fevereiro de 2016, e que tem como objetivo mapear, identificar, catalogar e produzir arquivos digitais relacionados

à história do Vale do Mucuri que estão sob a guarda de instituições tanto na região como aqueles espalhados no Brasil.

Tendo como proposta de pesquisa identificar e analisar o contexto político, econômico e social do município de Teófilo Otoni no final do século XIX a partir do jornal “Nova Filadelfia”, o recorte temporal tem como marco a primeira publicação, outubro de 1895 e seu último número disponível, fevereiro de 1898. Foi feita a leitura de todos os editoriais, notas, artigos, opiniões e correspondências, inclusive as publicidades e as publicações oficiais. Nesse aspecto, a análise das fontes impressas nos remete a uma abordagem qualitativa, buscando os fatos ocorridos na região do Mucuri e o discurso produzido a partir dele. Também há uma procura de padrões e suas variações no campo das representações típicas da elite teófilo-otonense no final do século XIX.

A divisão do artigo se faz em dois momentos: na primeira parte é realizado um estudo bibliográfico de abordagens sobre a imprensa no Brasil e em Minas Gerais. Em seguida a proposta é analisar um recorte específico da história de Teófilo Otoni e região no final do século XIX tendo como fonte principal o jornal “Nova Philadelphia”.

## **1. A IMPRENSA NO BRASIL E EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX**

### **1.1. As fontes e a imprensa no Brasil no século XIX**

Gilberto Freyre (1966), já apontava a importância dos jornais brasileiros para análise da política do século XIX, reafirmado por outros autores (CARVALHO, 2002. VIANA, 1945. RIZZINI, 1946. SODRÉ, 1966). Mas foi nas três últimas décadas que houve um redimensionamento dos periódicos como fonte, buscando novas perspectivas de análise especialmente voltadas para as abordagens políticas e culturais (NEVES, 2003. JANCSO, 2005. MOREL, 2005. FERREIRA, 2003). A partir dessas novas leituras, os periódicos passam a ser trabalhados como importante arena de debate, um espaço de intensa luta pelo poder, quer seja para fazer pública a política oficial, quer seja para a oposição que não tinha representação na Câmara, quer seja ainda para expressão de segmentos que manifestavam diversos posicionamentos não ligados diretamente à política institucional (como a Igreja Católica, por exemplo).

Ao mesmo tempo, a imprensa assume papel fundamental como instrumento de diversos setores sociais e na construção das suas múltiplas representações políticas, conforme destaca Rodrigo Patto:

É importante considerar a existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, como família, instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos. . . A essa lista vale agregar outros vetores de socialização, como as Igrejas, e também adicionar a importância dos veículos de disseminação impressos, como periódicos e livros. . . Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente como tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais de grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir (MOTTA, 2009, p. 23-24).

Apesar das suas diferenças, de um modo geral as obras que trabalham com a história da imprensa no Brasil (LUCA; MARTINS, 2008) apontam para o seu surgimento retardado, se comparado até mesmo com os periódicos da América espanhola. Excluindo algumas publicações pontuais no período colonial, considera-se o aparecimento de jornais, de forma sistemática apenas com a chegada da Corte Portuguesa em 1808 (MOREL, 2008). Marco Morel (2005) afirma que nas publicações do período, oficiais ou não, há uma ampla diversidade de informações, em uma dimensão cosmopolita que vai dar suporte e legitimar posições políticas nas novas relações de poder que estão surgindo na formação do Estado brasileiro.

Ana Luíza Martins (2008) afirma que existia no Segundo Reinado uma relação direta entre os periódicos e a política, sendo, de modo geral, os jornais sustentados por servidores da monarquia, partidos políticos e grupos familiares, ou seja, segmentos que ocupavam o poder ou que o almejavam pelas vias institucionais. Martins indica que ocorreram mudanças no jeito de fazer imprensa após 1840, mas não foram mudanças bruscas, pois se consolidou uma monarquia centralizadora e uma ordem estamental, conservou-se uma economia baseada na monocultura e escravidão, além do analfabetismo reinante e uma consequente restrição para o mercado das letras. Todos esses fatores somados dificultaram a existência de uma imprensa atuante e livre, o que difere da visão de José Murilo de Carvalho (2002), que afirmou ser o período o de maior liberdade de imprensa da história brasileira, apesar de não estar independente do governo e da organização partidária. Marco

Morel (2008) corrobora com a visão de Ana Luíza Martins, contrapondo Murilo de Carvalho ao afirmar que no Primeiro Reinado e no período Regencial, a imprensa sofreu as mais diversas formas de repressão, como prisões, exílios, agressões físicas. Se houve um abrandamento nas perseguições a partir de 1840, foi resultado do enquadramento político dos anos anteriores, silenciando opositores em troca de cargos públicos ou outros benefícios.

Quanto ao público leitor, de modo geral, eram comerciantes, militares e o clero, na sua maioria grandes proprietários que tinham na imprensa um elemento de coesão agregando uma elite que pretendia construir uma formação homogênea. Eram homens afinados com grupos detentores do poder econômico e político, os chamados leitores ativos, ainda que existisse a leitura em grupo, a palavra falada e os contatos pessoais. Mesmo que ao longo do século XIX tenha havido uma expansão do público leitor e dos impressos, o acesso às informações e o interesse aos temas tratados tinham mais afinidades com determinados grupos sociais.

Portanto, ao trabalhar nesse estudo tendo a imprensa como fonte, há a percepção de que as produções dos periódicos estão intimamente ligadas a projetos de elites mineiras e suas relações de poder no século XIX. Mesmo que os jornais chegassem de várias maneiras ao público, era uma produção de segmentos que tinham propriedades ou que estavam identificados com aqueles que tinham posse.

## **1.2. As fontes e a imprensa mineira no século XIX**

Apesar da existência de uma monarquia centralizada no império brasileiro, Ilmar R. de Mattos (1987) chama a atenção para o poder existente nas províncias, típico de uma sociedade rural e agrícola, o que, para Wlamir Silva (2003), coloca a imprensa regional com importante papel de mediadora política e produtora de uma cultura política.

Em relação à província de Minas Gerais, muito se caminhou desde os primeiros estudos da imprensa feitos por José Pedro Xavier da Veiga quando afirmava que

. . . no antigo regime governamental quase não tinham vida própria, achando-se tutelados pelo governo e pela Assembleia Legislativa Provincial. . . a imprensa mineira sempre teve como tradição a prudência e o bom senso com interesse de pacificação geral dos espíritos. . . (VEIGA, 1897)

Ana Luíza Martins (2008) aponta a existência de uma elite mineira letrada desde o século XVIII, com projetos de levar a público as ideias ilustradas, propostas que foram continuadas no século seguinte especialmente em Vila Rica e São João Del Rei.

Para Wlamir Silva (2003), a heterogeneidade da elite em Minas Gerais vai definir a opção por uma política liberal moderada, sendo a imprensa um importante porta-voz desse projeto. No Primeiro Reinado e na Regência, a imprensa mineira usava diversas formas para difundir uma pedagogia política com propostas liberais e civilizatórias, tendo a opção monárquica como consenso, o estímulo à ação para participar da vida pública em oposição ao absolutismo. Entre o Primeiro Reinado e início do Segundo, surgiram dezenas de jornais, alguns com um longo período de existência, como o ouro-pretano “O Universal” (1825-1842) e o periódico de Vila de São João del Rei “O Astro de Minas” (1827-1839). Segundo Silva, o discurso da imprensa era conduzido de acordo com os interesses dos proprietários e integrado na sociedade mineira, direcionado para o senso comum e o consenso como alternativas para o controle hegemônico. Assumindo a direção política da província mineira, esse grupo também fez valer seu projeto moderado fomentado por uma elite intelectual que dominava a leitura e difundia pela oralidade seus princípios. Para Silva, a centralização do Segundo Reinado estabeleceu a queda da liderança liberal-moderada, que não sobreviveu ao domínio Conservador após a queda do Gabinete da maioria.

Rodrigo Fialho Silva (2008) destaca o interesse dos redatores em discutir os aspectos políticos e culturais, com o objetivo de “civilizar” os leitores, eliminando a rudeza a partir da leitura. Para Silva, os periódicos foram um espaço de intensa luta pelo poder, responsável pela politização nas ruas, tomando um espaço de sociabilidade onde se manifestava o pensamento político, além de formador de opiniões de uma imprensa liberal moderada em busca de um consenso em torno do projeto de Estado.

É importante ressaltar que boa parte dos periódicos disponíveis nos arquivos é originário da região Metalúrgica-Mantiqueira, especialmente Ouro Preto. Isso não invalida pensar na imprensa ouro-pretana como aglutinadora de representações de setores significativos da elite de Minas Gerais, mas só reforça essa condição de centro político mineiro. Desse modo, Ouro Preto assumiu espaço privilegiado para

irradiar representações políticas para toda a província. Para Luciano da Silva Moreira (2006) havia uma rede de correspondentes na província e fora dela, assumindo a imprensa uma intensa troca de informações que se propagava até as mais distantes regiões, com ampla divulgação e discussão sobre o pensamento político

:

O contato por intermédio das folhas impressas apertavam laços de sociabilidade, favorecendo à continuidade de uma teia que ligava leitores/debatedores em toda a província . . . Assinantes de lugares diversos recebiam suas folhas por dois meios: o tropeiro e o agente dos Correios. . . Sabemos que a elite intelectual não era o único estrato social capaz de efetuar a leitura. Mesmo que parcela diminuta dos habitantes conseguisse ler, outras pessoas puderam ouvir e, ao menos, ver o objeto escrito (MOREIRA, 2006, p. 129).

É fato que os periódicos chegavam a diversas regiões mineiras, o que pode ser corroborado com as correspondências e artigos vindos de várias localidades da província. Portanto, havia receptores e correspondentes da região do rio das Mortes, região sul, zona da Mata, como também Triângulo Mineiro, do Alto Jequitinhonha e norte de Minas. Erik Hörner (2010) destaca o permanente diálogo e a produção da imprensa em diversas localidades de Minas Gerais:

A imprensa mineira, ao contrário da paulista, não se concentrava apenas na capital da província. Localidades como Serro, Barbacena, São João d'El Rei já possuíam tipografias em atividade. . . e dialogavam entre si, fosse em solidariedade a um jornal de mesma inclinação política fosse simplesmente reproduzindo artigos. Esta prática, aliás, era comum não apenas entre jornais “menores” ou de âmbito local. Era costumeira a reprodução de textos devidamente referenciados de periódicos da Corte ou de outras províncias. (HÖRNER, 2010, P. 197).

Mas completa Hörner sobre o papel da imprensa de Ouro Preto no império: “. . .o periodismo em Ouro Preto continuava a ter mais fôlego e uma maior longevidade que no restante da província” (HÖRNER, 2010, p. 197).

## **2. O JORNAL “NOVA PHILADÉLPHIA” E A CIDADE DE TEÓFILO OTONI NO SÉCULO XIX**

### **2.1. A imprensa de Teófilo Otoni no século XIX e as Características gerais do jornal “Nova Filadélfia”**

Segundo Godofredo Ferreira (1934), o primeiro jornal que circulou em Teófilo Otoni foi o “Lanterna Mágica”, manuscrito, ainda no período imperial, tendo como diretores Honório de Araújo Maia e os portugueses Joaquim Amado Ferreira, “Veiga” e “Velloso”. Segundo Ferreira, detalhava notícias locais e o cotidiano da antiga Filadélfia. Circularam também no século XIX “O Coruja” e “O Morcego”, ambos manuscritos. O jornal “O Precursor” foi o primeiro impresso, seguido do “Nova Philadelphia”.

A publicação do “Nova Filadelfia” era semanal, tinha em média quatro páginas e manteve até a edição disponível, 23 de janeiro de 1898, certa regularidade. Apenas entre os meses de junho e setembro de 1897 não chegou ao público, justificado em edição de 19 de setembro de 1897 por não ter material, ou seja, papel, para a impressão. O gerente do periódico era Adauto Ramos e o editor, Horácio Rodrigues Antunes. O jornal apresentava ainda características do período monárquico, mas também alguns elementos novos de perfil republicano.

Na estrutura, não rompia com o padrão da imprensa nacional da monarquia. O editor estava ligado à vida pública, foi candidato a deputado federal nas eleições de 1896 e parte do jornal era custeado pelas publicações de decretos e atas da Câmara Municipal, bem como convocações do judiciário. A última página era destinada a publicidades, desde anúncios de casas de comércio locais e do Rio de Janeiro, como publicações particulares, como anúncios de animais perdidos e missas de sétimo dia. Por fim, contava ainda o jornal com assinaturas anuais e semestrais. Em edição de 13 de dezembro de 1896 anunciou uma tiragem de 2000 exemplares, demonstrando pelo número a atingir um número significativo de leitores.

Uma tendência a ser destacada quanto à linha do jornal é a abertura dada às posições políticas divergentes do próprio periódico. Em resposta à opinião ou notícias do “Nova Philadelphia”, havia amplo espaço de defesa para aqueles que discordavam das publicações. Muitas vezes esses debates se prolongavam por várias edições. Dois exemplos desses embates foi o ocorrido ao longo do mês de



abril de 1896, envolvendo o engenheiro Pedro Versiani, e em agosto do mesmo ano, envolvendo o proprietário rural Henrique Schoroeder.

No entanto, não se pode acreditar que esse impresso fosse um espaço democrático, aberto a trabalhadores e grupos menos favorecidos. Em um Brasil do final dos anos de 1800 no qual havia poucos letrados, a narrativa da imprensa privilegiava a visão da elite local, destacando fatos e suas interpretações sob a ótica dos que tinham posse. Um exemplo que o jornal esteve alinhado ao modelo excludente de república adotado no Brasil a partir de 1889 foi a posição tomada quanto ao movimento de Canudos ocorrido na Bahia. Na edição de 18 de abril de 1897 noticiou a ação do governo contra Canudos, apontado pelo periódico como “horda de entrincheirados . . . em desafronta de nossa civilização”. Chegou a responsabilizar o movimento liderado por Antônio Conselheiro pela baixa do preço do café na região e em todo o Brasil. Alguns meses depois, em editorial de 19 de novembro de 1897, encontrou semelhanças entre Canudos e o quilombo de Palmares e concluiu: “O fanático de Canudos imitou ‘Os Palmares’ até na forma de governo . . .Canalha!”.

Normalmente, logo na primeira página, o jornal iniciava com um editorial, abordando temas da economia ou política. Eram, na sua maioria, assuntos locais, sendo, vez ou outra, comentados temas ligados a questões nacionais. Assim, ao ter o noticiário voltado para aspectos da realidade regional, esses pouco mais de dois anos de publicações apresentam importantes dados no contexto vivido pelo Vale do Mucuri no final do século XIX, uma rica descrição de cenas do cotidiano da cidade de Teófilo Otoni e região. O “Nova Philadelphia” noticiou a demolição do templo católico em ruínas no ano de 1895 por padre Virgolino e o esforço de reconstrução de uma nova igreja ao longo dos anos; reproduziu cartas envolvendo intrigas pessoais, noticiou chegada e saída de pessoas na cidade; relatou crimes com riqueza de detalhes ou casos pitorescos como caçada de uma onça cangussu na fazenda Itamunhec em 1896; anunciou a chegada da modernidade com a luz elétrica e a construção do hospital Santa Rosália; convidou para concertos de violino e piano com músicas de Wagner ou desfiles carnavalescos com grupos de Zé Pereira, pierrôs e diabinhos.

Desse conjunto de publicações, três temas foram mais recorrentes e merecem um olhar mais atento por apresentar de forma direta ou indireta a formação social,

política e econômica do Vale do Mucuri: a produção do café na região, a Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM), e a criação de um novo estado federativo.

## **2.2. A produção do café no vale do Mucuri**

Até então, a produção literária sobre o Vale do Mucuri tem considerado que, após o fim da Companhia criada por Ottoni (encampada pelo Governo Imperial em 1861), a região se baseou em uma economia de subsistência e de um comércio interno (ACHTSCHIN, 2008. RIBEIRO, 2013). Ao que tudo indica, no entanto, paralelo à produção voltada para um mercado local, surgiu uma agricultura de exportação que gradualmente ganhou força, especialmente no plantio do café. Tanto assim que o município conseguiu se emancipar em 1878, sendo que Teófilo Ottoni até o século XIX era uma extensa região que correspondia praticamente ao que é hoje todo o Vale do Mucuri.

Aos poucos a cafeicultura ganhou força. O “Nova Philadelphia”, em edição de 21 de junho de 1896, vai afirmar que o pioneiro dessa produção foi a fazenda Itamunhec, com 35 anos de plantio, e que a grande maioria dos pés de café teria, em média, 10 anos. Uma crescente e expressiva produção de café voltada para outras regiões vai justificar uma pressão e consequente vinda ainda no Império da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Essas grandes fazendas já estavam estabelecidas inclusive antes do fim da Companhia do Mucuri, conforme relato do ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império:

Os srs. Dr. Manoel Esteves Ottoni, Joaquim José de Araújo Maia e P. Velloso são fazendeiros de grande força; o sr. José Ferreira dos Santos também possui a três quartos de légua de Filadélfia uma bela fazenda, onde, além de muitas plantações, tem um excelente engenho de serrar movido por água do ribeirão Todos os Santos.<sup>1</sup>

Outras grandes propriedades rurais vão surgir na segunda metade do século XIX. Muitos vindos do Vale do Jequitinhonha, como é o caso da família Sá, outros estrangeiros, caso dos irmãos Schroeder ou do italiano Domenico Campagnani. Ora, esses latifúndios não sobreviveriam apenas com o abastecimento da população local, ainda que o mercado interno não possa ser negligenciado. Os dados do “Nova Philadelphia” registram o crescimento significativo no plantio de

---

<sup>1</sup> NUNES, Sebastião Machado. Relatório para exm. Sr. Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, ministro e secretario de estado dos negócios do império, p. 65-70, Rio de Janeiro, 1859.

café, sendo que o jornal afirmou em editorial de 31 de maio de 1896 ter aumentado em dez vezes a sua produção. Em edição de 02 de fevereiro de 1896, indicou a previsão da safra de café em 250 mil arrobas<sup>2</sup>. Em 25 de outubro registrou a safra de café no Mucuri em 300 mil arrobas e na edição de 06 de setembro, também de 1896, apontou para existência de mais de 10 milhões de pés de café na região.

Através dos editoriais e noticiários do “Nova Philadelphía” o que se pode evidenciar é um crescimento no investimento da lavoura de café na região do Mucuri bem como um sentimento de prosperidade. Seguindo o modelo de importação de mão-de-obra realizado em São Paulo, o jornal noticia, em 29 de março de 1896, a chegada de 14 famílias de colonos italianos, totalizando 50 pessoas, para trabalhar nas fazendas cafeeiras locais. A vinda de mais 91 italianos é publicada em 17 de maio de 1896. Em editorial de 12 de abril de 1896 defende o investimento na educação e modernização da produção agrícola, como o uso de fertilizantes para o café. Em 26 de abril de 1896 outro editorial relata diagnóstico sobre a terra da região, constatando que é superior à terra roxa paulista. Na edição de 06 de setembro de 1896, com título de “O que será Philadélphia?” há verdadeira exaltação à riqueza regional, sua elevada produção cafeeira, seu potencial madeireiro e a prosperidade que vem cehgando junto a EFBM.

Através das lentes do “Novo Philadélphia”, há uma expectativa e grande otimismo, tanto em relação ao crescimento econômico da região do Mucuri quanto ao desenvolvimento resultante da chegada da EFBM. A cidade de Teófilo Otoni é identificada com um sentimento progressista. Em 07 de junho o jornal faz referência à cidade como “o empório do norte” e em 21 de junho de 1896 Teófilo Otoni é apontada como segundo município mineiro. A principal rua da cidade foi chamada pelo jornal, em edição de 06 de fevereiro de 1898, de “nossa rua do Ouvidor”, fazendo referência a importante centro comercial do Rio de Janeiro no século XIX. Pelas publicidades do periódico pode-se apontar, à medida que saem novas edições, o crescimento das atividades comerciais, especialmente para atender segmentos de poder aquisitivo maior. Além de objetos de uso diário, como ferragens e querosene, as propagandas anunciavam leques, cristais da Boêmia, lavatórios americanos e manteiga inglesa.

---

<sup>2</sup> O peso de uma arroba corresponde a 15 quilos.

Mas toda essa euforia era em alguns momentos freada pela realidade nacional. Impulsionada especialmente pelo plantio do café, o Vale do Mucuri ressentiu as constantes crises de superprodução vivido de tempos em tempos desse produto em todo o Brasil. Eram permanentes editoriais propondo um freio no plantio de café e apresentando outros gêneros agrícolas como alternativa à produção excedente do chamado “ouro verde”. Em 31 de maio de 1896, com o editorial “Não plantem mais café”, o “Nova Philadelphia” alertou para o aumento da produção global e do Brasil, tendo como consequência sua baixa cotação. Apontou como saída a suspensão do plantio de café e propôs como forma de resolver o problema o cultivo de cereais, da vinha e da pecuária na região. Novamente a recomendação desencorajando o plantio do café e sugerindo o plantio da vinha, cereais, algodão e criação bovina é dada nas edições de 07 de junho, 05 de julho de 1896.

Outra preocupação do “Nova Philadelphia” era com as novas relações de trabalho trazidas com a produção do café. Com a escassez de mão-de-obra na grande lavoura, vai haver por parte do cafeicultor uma maior procura por empregados nessa atividade e sua consequente valorização. A alternativa foi a imigração de trabalhadores assalariados vindos de diversas regiões do Brasil e de outros países.

Em artigo de 29 de março de 1896, o “Nova Philadelphia” chama a atenção para a “falta absoluta de braços” para a produção de café no Vale do Mucuri e que a saída era o trabalho estrangeiro. Segundo o periódico, os nacionais que chegam, normalmente retirantes do norte acossados pela seca, vêm para serviços temporários. No entanto, acabam por ficar na região como pequenos proprietários ou se tornam mão-de-obra da EFBM. A tendência do cafeicultor de São Paulo de encontrar nos europeus, especialmente italianos, a solução para carência de mão-de-obra vai refletir também em Teófilo Otoni e vizinhança. A primeira leva é muito comemorada na edição de 29 de março de 1896, destacando que são homens “válidos e aptos para todo gênero de trabalho. . .” e que os imigrantes vindos da Velha Bota trazem “. . . o ar prazenteiro que em todos os rostos divisamos . . .”.

No entanto, a preocupação do fazendeiro do Vale do Mucuri expressa no “Nova Philadelphia” era conter o valor do salário pago naquele momento. Em 07 de junho de 1896, o periódico teófilo-otonense aponta como solução o que denominou de “convênio”, propondo aos fazendeiros que evitem a competição entre si em busca de

trabalhadores no café: “Imponham um preço uniforme ao camarada e não deem tréguas ao vadio, para o que poderão encontrar apoio na lei e se não encontrarem, façam mão forte, pois é caso de salvação pública . . .”. Favorável aos interesses do grande proprietário rural, o periódico encontrou na classe trabalhadora um dos responsáveis pela crise do café. É importante destacar que não havia praticamente nesse período nenhuma lei em favor do trabalhador, especialmente no meio rural.

### **2.3. Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM)**

A produção cafeeira e a permanência do tema envolvendo a EFBM no “Nova Philadelphia” se entrelaçam. O meio de transporte é uma questão central para os grandes proprietários rurais do Vale do Mucuri ao longo de toda segunda metade do século XIX. Antes da chegada da ferrovia a ligação entre o nordeste mineiro e o litoral da Bahia era feita pela estrada Santa Clara, via criada pela Companhia do Mucuri em 1856.

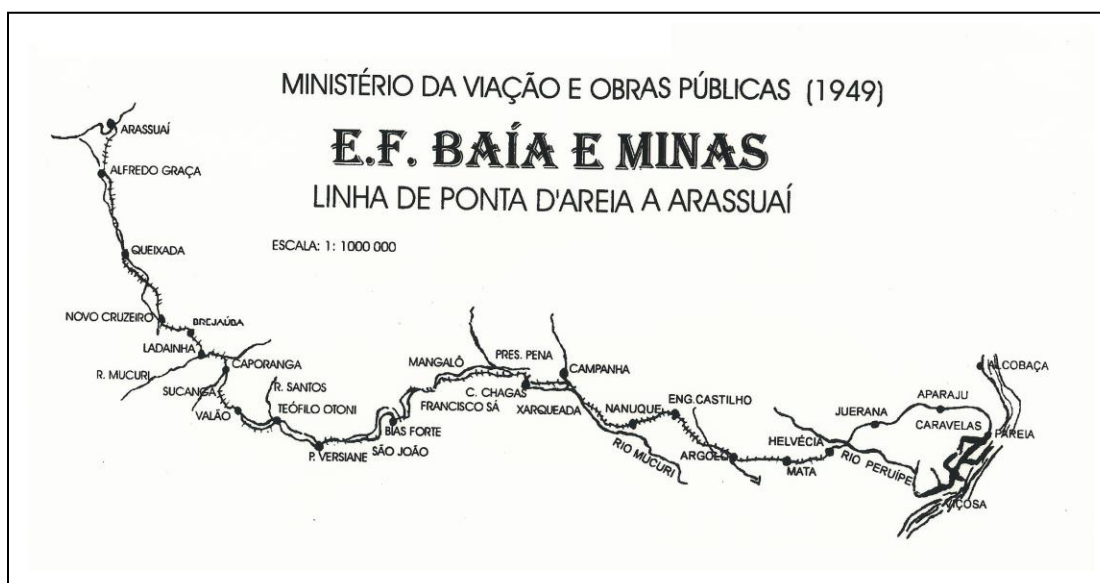
A estrada Santa Clara se manteve como único contato entre o Vale do Mucuri e o mar. Em mapa de 1866, realizado por Schlobach da Costa, Mouchez e R.v. Krüger, e organizado por Carlos Krauss, em sua legenda expõe que o comércio na região para outros lugares era feito pelo porto de Santa Clara seguindo dois trajetos: um, já conhecido, pelo rio Mucuri; e o outro seguindo até Goitezeros, e de lá, pelo rio Peruípe até a Vila de Viçosa ou Caravelas. Desses pontos, segundo o mapa, a comunicação era feita com o Rio de Janeiro ou Vitória “por vapores”. Em sua passagem na região, em 1866, Charles Frederick Hartt reafirmou a presença de escoamento de produtos, tendo como porto São José de porto Alegre, entre os quais “ . . . café, algodão, pão-rosa . . .” (HARTT, 1941, p. 156), além de importar principalmente produtos secos.

Com o aumento da produção de café na região os meios utilizados para o seu transporte até o sul baiano se tornaram obsoletos, não mais atendendo à demanda. Em 19 de abril de 1896, o “Nova Philadelphia” reafirmava a “ . . . importância crescente do café” e reclamava do isolamento da região, cobrando ações do Estado: “ . . . quando o governo, mais solícito do que tem sido, atender aos reclamos desta população, confinada há 30 anos nas margens do Mucuri, como se fosse uma população de párias votada à execração nacional.” A estrada de rodagem Santa Clara já não mais atendia os interesses dos produtores rurais. Era uma via com alto

custo de manutenção e de baixo poder de transporte. Em edição de 02 de fevereiro de 1896, o periódico apontava para as dificuldades da condução do café feito no “lombo de burro . . . caríssimo e pesado”. Em 16 de agosto de 1896, Horácio Antunes escreveu no “Nova Philadéphia” sobre as condições da estrada dez anos antes, em 1886: “O trânsito pela estrada era medonho, as perdas de animais, os prejuízos com o café molhado, o perigo de ataque de bugres, reuniram-se se para desanimar os ânimos dos mais destemidos”.

Os produtores da região do Mucuri fizeram permanentes pressões na Corte para a construção de uma ferrovia. Segundo o jornal “O Cruzeiro” de 21 de agosto de 1878, já havia intermediários no Rio de Janeiro para negociar melhorias no acesso do leste de Minas Gerais, o engenheiro civil Miguel de Teve e Argolo ( que viria a ser responsável pelo início da construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas) e junto com outro representante local, o fazendeiro Frederico Bock.

Desse modo, quando iniciam as obras da EFBM a partir do porto de Caravelas, na Bahia, em 1881, havia uma forte pressão dos fazendeiros para acelerar e concluir a obra. E o jornal “Nova Philadelphia” foi importante porta-voz dos interesses dessa elite. No entanto, as obras eram lentas, faltavam recursos, as empreiteiras não cumpriam o acordado. Em 01 de dezembro de 1895, o editorial do jornal se dedicou a fazer críticas quanto a morosidade da construção da ferrovia, tendo como título “Tem caveira de burro”. Em onze meses, segundo a edição, não avançou um metro sequer. Novamente em 03 de maio de 1896, um editorial com título “Vem ou não vem?” cobra impaciente os 85 quilômetros que faltavam para chegar a Teófilo Otoni.



**Figura 2** – Traçado da Estrada de Ferro Bahía e Minas em 1949.  
Fonte: Ministério da Viação e Obras Públicas - Brasil

Foi decisiva a participação de políticos de expressão estadual para acelerar a conclusão da malha ferroviária até a cidade de Teófilo Otoni. Os interesses dos cafeicultores da região personificaram politicamente na figura de Francisco Sá, que ocupava a época o cargo de ministro da agricultura de Minas Gerais. Os Sá, conforme já exposto, atraídos pela qualidade das terras do Mucuri, adquiriram propriedade na região. Francisco Sá fez uma visita em março de 1896 percorrendo todo trajeto da EFBM, sendo sua chegada muito festejada pelos políticos locais, com ampla cobertura do jornal “Nova Philadelphia”. Como ações para acelerar a construção da ferrovia, uma nova empreiteira foi contratada, conforme edição de 03 de maio de 1896, e houve o aumento de mais duzentos trabalhadores para conclusão da obra.

Novamente as atividades na “Bahia e Minas” foi motivo para assunto no jornal. Agora a paralisação dos funcionários em greve, ocorrida em novembro de 1896. É muito vago as informações sobre o perfil desse movimento operário no Vale do Mucuri dado pelo “Nova Philadélphia”. Mas, com a presença de grande quantidade de italianos, não se pode descartar a influência anarquista. Contribuía muito para acentuar o descontentamento dos trabalhadores as cobranças e a longa jornada de trabalho na EFBM. Desde as primeiras edições, em 1895, a empresa anunciava a disponibilidade para trabalhar nas obras, mas as exigências eram muitas, como a

jornada de trabalho de 6 horas da manhã às 18 horas, com apenas uma hora de almoço, sem tolerância para o uso de jogos ou bebidas alcoólicas.

Apesar de sua tendência em favor de setores locais privilegiados, o jornal apoiou o movimento, especialmente, segundo destacou em 22 de novembro de 1896, porque a paralisação é fruto do não pagamento salarial, o que considerou justa pelos dez meses de atraso, além de ter um caráter pacífico. A opinião do editorial foi de apontar as greves como típico das sociedades modernas contra o capitalismo, naturalizando a posição das classes proletárias contra o que chamou de “burguesismo”.

Boris Fausto (2006), ressalta que, nesse período, foram raros no Brasil os êxitos dos trabalhadores, sendo que “. . . as greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos (p. 297). No caso local, os prejuízos passaram a ser sentidos pelos exportadores de café. Segundo edição do “Nova Philadelphia” de 06 de dezembro de 1896, havia o risco de se perde 12 mil arrobas de café nas estações e carros. Na mesma edição, o jornal avaliou um prejuízo para os cafeicultores de 100 contos de réis. Formou-se uma Comissão local para pressionar o governo em busca de uma solução e, depois de quase um mês de serviços interrompidos, a EFBM assegurou o pagamento e os operários voltaram ao trabalho.

Mas não só a demora nas obras da ferrovia era motivo de publicações no “Nova Philadelphia”. A presença de trabalhadores migrando para região, quer seja fazendo o serviço do percurso já em funcionamento, quer seja construindo os novos trechos, foi noticiada constantemente pelo periódico. Em edição de 29 de dezembro de 1895, o jornal noticiou a existência de 600 homens na empresa ferroviária, com previsão de 1000 até janeiro. Só de estrangeiros, chegaram mais duzentos para trabalhar na abertura da ferrovia, conforme edição de 03 de maio de 1896. As atividades da EFVM traziam novos grupos e mudanças de comportamentos. Entre eles as mazelas dos grupos excluídos da divisão da riqueza do café. Em edição de 06 de fevereiro de 1898, o periódico denunciou a violência cotidiana na periferia da cidade de Teófilo Otoni, citando diversos bairros onde se concentravam os conflitos: “Olaria, Pau-Velho, “Quenta”-Sol, Arrasta-Couro, Rompe-Gibão e Concórdia”.

Violência e homicídios são temas constantes no “Nova Philadelphia”, mas o maior destaque eram os desvios e roubos de mercadorias ocorridos no transporte



feito pela EFBM, presente em boa parte das suas edições. Carente ainda a empresa de um rigor na fiscalização dos produtos transportados, muitas mercadorias não chegavam ao destino ou, ao chegar, estavam com pesagem menor do que foi acordado. Em 05 de abril de 1896, Antônio Esteves Soares reclamava que a quantia de café entregue ao comprador foi bem abaixo do declarado. Em 14 de junho de 1896, havia, segundo o jornal, preferências por produtos mais finos a serem roubados, como vinhos, champanhes, biscoitos e conservas. Formou-se uma quadrilha liderada por um francês, segundo jornal datado de 05 de abril de 1896, para violação de volumes transportados pela ferrovia.

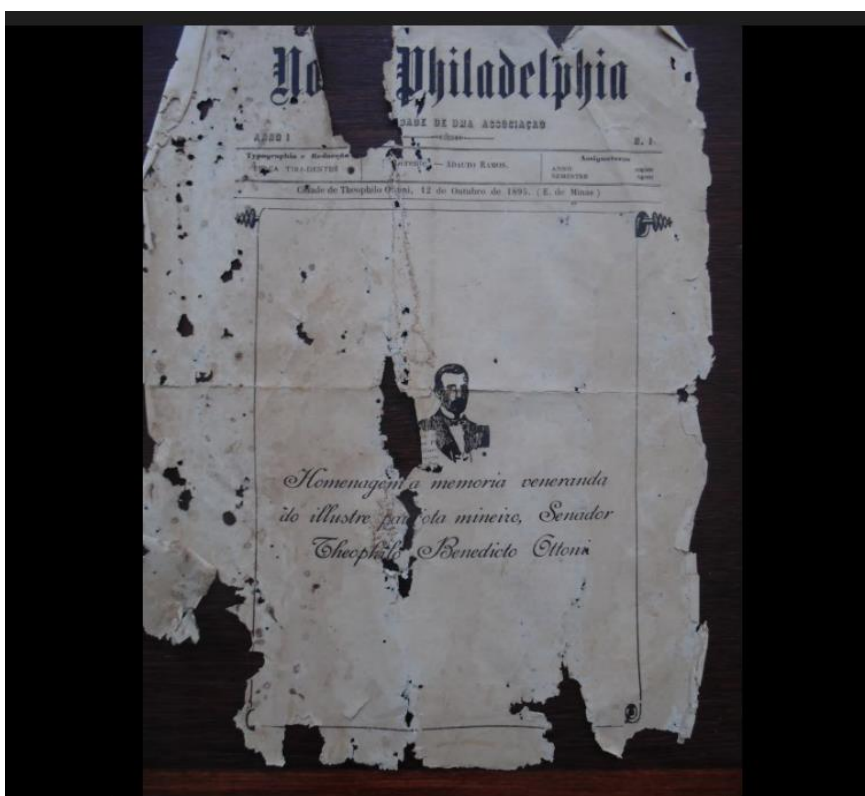
### **3.3. O novo estado federativo de Nova Filadélfia**

Segundo Pierre Bourdieu (2003), a definição de uma identidade regional está na luta por se fazer demonstrar, se fazer ver e se fazer conhecer, sendo o discurso regionalista uma demarcação de fronteiras de quem antes era ignorado, fazendo um grupo ser percebido e ser distinto, impondo uma nova visão ao mundo social, dando à região um novo limite. É na manifestação considerada por Bourdieu como um ato mágico, mas ao mesmo tempo eficiente, onde um grupo oficializa seu reconhecimento antes negado, torna-se visível para si e para os outros, explicitando sua pretensão à institucionalização. Esse ato de magia ao fazer visível a coisa nomeada consegue ser realizado se quem o faz acredita realmente em seu discurso como uma nova “di-visão” do mundo social, sendo diretamente relacionado com a autoridade de quem a professa. Mas não basta a quem professa o discurso o seu reconhecimento, mas também na comunhão de interesses do grupo que compartilha a identidade, pois é apenas nas proximidades econômicas ou culturais dos membros que vai surgir esse compartilhamento, no reconhecimento de ser notado como distinto. Esse grupo tanto compartilha uma visão em comum como também uma divisão em comum, construindo concomitantemente identidade e unidade, impondo percepções.

O regionalismo, conforme Bourdieu (2003) é um caso onde os agentes estão envolvidos, dispersos ou organizados, individualmente ou coletivamente, estando em jogo a manutenção ou mudanças nas forças simbólicas e as vantagens daí decorrentes, ligadas às identidades sociais e seus valores aí em jogo. Na busca de uma identidade regional, é importante entender que os critérios diferenciados são

objeto de representações mentais (conhecimento, princípios, valores) e materiais (bandeiras, símbolos, imagens) ou atos que tem como estratégias representar para os outros o que pensar dos portadores dessa identidade. Qualquer que seja a propriedade simbólica, está a serviço dos interesses simbólicos ou materiais do seu portador.

O “Novo Philadelphia” fez uma campanha intensa em defesa da criação de um novo Estado federativo envolvendo o norte de Minas Gerais, o sul da Bahia e parte do Espírito Santo. Essa não era uma ideia nova, já havia sido proposta por Teófilo Benedito Ottoni em meados do século XIX. E o liberal da cidade do Serro era uma referência para o periódico. Estampado seu desenho na primeira página da primeira edição, em 12 de outubro de 1895, homenageando-o e dando destaque a seus feitos como desbravador do Mucuri e fundador de Filadélfia, a figura em torno do mito de Ottoni catalisou bem os interesses dos cafeicultores locais.



**Fig. 3** - Primeira página da primeira edição datada de 12 de outubro de 1895

Fonte: Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri

Assim, o periódico resgatou a ideia da criação de um novo Estado, abraçado pela Câmara de Vereadores, conforme publicação do “Novo Philadelphia” de 17 de

novembro de 1895. Pouco mais de um mês depois, a proposta já contava, segundo publicação de 22 de dezembro de 1895, com a adesão dos municípios baianos de São José do Porto Alegre, Viçosa, Caravelas, Alcobaça, Prado, Porto Seguro e Canavieiras. Cidades do Jequitinhonha, caso de Salinas, são citadas como simpáticas à proposta e o jornal propõe ainda que, no pleito de 1896, os eleitores da região apoiem os candidatos que abraçassem a ideia.

À medida que crescia a economia do Vale do Mucuri e havia uma projeção de melhorias com a chegada da ferrovia, ocorreu uma pressão dos grupos locais para maior investimento do Estado na região. A criação do novo estado passa a ser uma ferramenta e uma reação ao abandono sentido pelo norte de Minas Gerais. O editorial de 01 de março de 1896, dentro de uma perspectiva próxima ao Positivismo, apresentava a política semelhante a um organismo animal, sujeito a leis e que não se podia abandonar um órgão do corpo. No caso de Minas Gerais, segundo o “Nova Philadelphia”, o norte sofria com o descaso da administração, com uma política que considerava opressora e esterilizava a produção dessa região mineira. Portanto, era justificável, para o jornal, que se criasse um novo Estado federativo. Novamente apelando para as ideias de Auguste Comte, em edição de 21 de junho de 1896, o impresso propôs a criação do novo estado, mas não de forma revolucionária, e sim “evolutiva”.

No entanto, havia uma preocupação do “Nova Philadélfia” em trazer para o centro do poder decisório o município de Teófilo Otoni. Corrigindo o jornal italiano “La Voce d’Italia”, que noticiou o nome do novo estado de “Cabrália”, em edição de 12 de janeiro de 1896 o periódico teófilo-otonense retificou o nome proposto: Nova Filadélfia. A região norte era vista como decadente, tendo como única exceção o município de Teófilo Otoni, daí seu papel central para liderar o estado que estava sendo proposto.

Não parecia ser a intenção dos grandes proprietários do Vale do Mucuri e de seus representantes criar um novo estado federativo, mas impor ao governo mineiro um olhar diferenciado à região. Tanto assim que, à medida que aceleravam as obras da EFBM o tema desapareceu da pauta do jornal em 1897. O que surge com frequência a partir desse ano, a partir dos editoriais do “Nova Philadelphia”, foram pedidos constantes de recursos ao governo mineiro para salvar a agricultura regional, sinal que a região procurava outros e mais recursos do Estado. E que as

demandas locais já haviam parcialmente conquistadas com o avanço das obras da EFBM, que tem inaugurada a estação ferroviária de Teófilo Otoni em maio de 1898.

## **CONCLUSÃO**

Os periódicos são reconhecidamente fontes de grande importância para o estudo da história. No Brasil, diferente da América espanhola, passaram a circular de forma mais ampla a partir do século XIX, o que torna um rico material para entender a formação do Estado brasileiro. Foi a partir dos recentes referenciais teóricos e metodológicos utilizados pela historiografia brasileira para análises dos jornais do império e republicanos que foi utilizado nesse artigo o jornal “Nova Philadelphia” como fonte central para uma percepção de Teófilo Otoni e região no final dos anos de 1800. Com algumas proximidades das tendências da imprensa nacional do período, o “Nova Philadelphia” tem um público leitor próximo a determinados grupos sociais. Sendo o Vale do Mucuri uma região rural e agrícola, a imprensa foi porta-voz de uma elite letrada, preservando um discurso excludente e de tendência moderada.

Mas as publicações do “Nova Philadelphia” entre 1895 e 1898 apresentam importantes informações do final do século XIX. Como qualquer outro documento, tem uma leitura parcial e defende interesse de grupos, evidenciando notícias e omitindo outras. Isso não significa que não seja possível retirar informações, aproveitar dados ou fazer leituras nas entrelinhas do contexto de Teófilo Otoni e região do período.

Entre os aspectos a destacar, o artigo propõe reexaminar a perspectiva até então construída de que a base da economia do Vale do Mucuri foi voltada para o mercado interno até a chegada da EFBM. Isso responde também a uma questão até então pouco esclarecida, que seria o surgimento de uma ferrovia em um espaço com baixo poder econômico para barganhar um investimento de grande porte. Paralelo a uma aquecida produção local surgiu uma produção cafeeira que ganhou força e pressionou primeiro o governo monárquico, depois o republicano, à construção de um meio de transporte mais eficiente para o escoamento do café.

As dificuldades de contato da região do Mucuri é superada com a EFBM trazendo para essa elite agrária um sentimento modernizante e civilizatório,

alterando comportamentos dos setores com maior posse. O discurso em busca de maiores investimentos vindos do governo estadual e federal vai ter sua representação identitária na proposta de formação de um estado federativo que une o norte de Minas Gerais, sul da Bahia e parte do Espírito Santo.

No entanto, essas mudanças também atingem a classe trabalhadora, que migram para região atraída pelo trabalho nas lavouras de café e pela EFBM. Esse fluxo de pessoas vindas do norte de Minas Gerais, sul da Bahia ou de outros países, vão trazer ações variadas diante da desigualdade social vivida. A violência urbana faz-se notar, o roubo de cargas transportadas pela ferrovia se torna uma rotina, e movimentos ainda pouco comuns nos primeiros anos de república brasileira, caso da greve, surge precocemente na região.

Apesar do “Nova Philadelphia” oportunizar alguns esclarecimentos sobre o Vale do Mucuri no final do século XIX, muitas outras questões podem ser levantadas a partir de suas publicações. Um dos aspectos ainda por tratar é o impacto das relações de trabalho surgidas com o assalariamento da EFBM e da grande lavoura, novas tendências que vai não somente substituir a recém-abolida escravidão ou como igualmente coexistir com o trabalho de agrego que predominava na região nesse período. Outro aspecto tratado pelo periódico que motiva investigações são as mudanças na composição urbana da cidade polo da região, Teófilo Otoni, a partir das transformações ocorridas na economia e o seu crescimento no final dos anos de 1800 . No campo das representações, merece investigações mais apuradas quanto à relação na construção do mito da figura de Teófilo Otoni com a nossa classe emergente dos produtores de café e seu papel como símbolo dessa elite. São questões ainda por responder, que a medida que são puxadas nos remetem a outras, nesse novelo sem fim que é a história.

## REFERÊNCIAS

ACHTSCHIN, Márcio. *A Filadélfia não sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX*. Teófilo Otoni, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil* 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Godofredo. *Os Bandeirantes modernos*, s/n. 1934.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

HARTT, Charles Frederick, *Geologia e geografia Física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1842)*. 387 f. Tese (doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luíza. *Imprensa em tempos de império*. IN Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Ilmar R. de *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. 272 f. Dissertação (mestrado em História e culturas políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. Os primeiros passos da palavra impressa. p. 35. In LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. P. 23-24. In *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentum, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Renan: FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DE&A: Faperj, 2003.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estrada da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

SILVA, Rodrigo Fialho. "E a luz se fez": o nascimento da imprensa em São João D'El-Rey e a formação de uma cultura política do anonimato (1827-1829). *Revista DIALOGOS*, Rio de Janeiro: 2008.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1840 In NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DE&A: Faperj, 2003.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)* p. 238-239. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897.

VIANA, Hélio. *Contribuições à história da imprensa no Brasil: 1812-1869*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes) em: 05/2017

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

[www.facebook.com/revistavozesdosvales](https://www.facebook.com/revistavozesdosvales)

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*  
(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,  
em diversas áreas do conhecimento.